

ENTREVISTA

Apresentamos neste segundo número da *Revista de Estudios Brasileños* uma entrevista com o professor, historiador e analista político Carlos Guilherme Mota, professor emérito da Universidade de São Paulo (USP) e do programa de pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). O Professor Mota é um célebre e reputado historiador, com uma trajetória de mais de quarenta anos, ao longo dos quais publicou obras paradigmáticas para a compreensão do Brasil contemporâneo, tais como *Nordeste, 1817*; *Ideologia da Cultura Brasileira*; *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*; ou o mais recente, *História do Brasil, uma interpretação*, em conjunto com Adriana Lopez, publicado em espanhol pela editora da Universidade de Salamanca em 2009¹. Além do trabalho como historiador, o Professor Mota desenvolve uma importante atividade como analista político em diferentes meios de comunicação no Brasil, destacando-se como uma das pessoas mais relevantes para explicar a realidade brasileira atual. Além disso, teve também um papel destacado na criação do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca. Sobre todas essas questões interrogamos o Professor Mota.



O professor Carlos Guilherme Mota participando de uma atividade acadêmica.

TRAJETÓRIA COMO HISTORIADOR

JMSP: Professor Mota, amigo Carlos, como prestigioso e reputado historiador, minha primeira pergunta é sobre a História: como vê a evolução dos estudos históricos no Brasil e na Europa? O que acha que mudou desde que começou a escrever nos anos 60 e 70?

Carlos Guilherme Mota: Creio que a principal mudança foi a intensificação do diálogo da Historiografia com outras disciplinas, no sentido que apontava Lucien Febvre desde o final dos anos 20. A presença da *École des Annales* nos congressos de historiadores, em publicações e salas de aula foi notável, sobretudo após a Segunda Guerra, depois durante a Guerra Fria e até os anos 80, sinalizando uma espécie de “terceira via” entre a historiografia marxista e a liberal. De Marc Bloch e Febvre a seus discípulos Fernand Braudel e Ernest Labrousse, abriu-se um vasto campo de indagações, de metodologias, temporalidades e problemas antes desconhecidos pelos historiadores tradicionais, cultivadores da História historizante. Na sequência é que surgiram as interpretações mais inovadoras de Michel Foucault, que reconhecia sua dívida com o grupo dos *Annales*, de Michel Vovelle e de tantos outros, até os inquietos com os tais “lugares da memória” e os atuais “desconstrucionistas”. Note-se que a hegemonia dos historiadores da Economia, da Demografia e outros quantofrênicos marcados pela crise de 1929 e pelas duas guerras mundiais foi abalada pelo crescimento e pela ampliação do campo conceitual dos historiadores das ideologias e mentalidades. “Os quadros mentais são prisões de *longue durée*”, pontificava o inquieto Braudel, um dos beneficiários do Plano Marshall. De fato, depois dele, os historiadores das representações mentais trouxeram uma nova visão que ampliou muitíssimo o foco e redefiniu o lugar central dos historiadores no debate multidisciplinar, no campo das Humanidades, como no das Ciências ditas Exatas e Naturais. *Mentalidades*, eis o “novo” conceito-chave. Por outro lado, a historiografia marxista, sobretudo com a desestalinização, depois com o colapso da União Soviética e, em seguida, com a queda do Muro de Berlim, abriu-se para novas abordagens menos mecanicistas e dogmáticas. A obra clássica e monumental de Albert Soboul sobre os *sans-culottes* parisienses marca bem tal mudança, dada uma utilização mais respirada da teoria e da metodologia inspirada inicialmente em Marx e, no século XX, em George Lefebvre e outros. Grandes historiadores, como Pierre Vilar, souberam combinar a perspectiva marxista com a do grupo dos *Annales*. Já na Inglaterra, o processo de *aggiornamento* do pensamento de Marx aplicado aos estudos históricos pode ser acompanhado nas trajetórias de Raymond Williams, Christopher Hill e, sobretudo, no percurso de Eric J. Hobsbawm. As vicissitudes histórico-ideológicas desse notável grupo-geração aparecem no livro de memórias deste último, *Tempos Interessantes*, importantíssimo documento de nossa época, enraizado no “longo século XX”. Mas, o vasto mundo da historiografia não se esgota aqui: vejam-se as produções de obras notáveis na Espanha, nos Estados Unidos, na Itália ou mesmo no Brasil. Os ritmos das pesquisas estão sendo acelerados por conta da revolução digital e comunicacional, talvez com alguma perda da qualidade literária das obras... pois a produção historiográfica, como a literária, demanda muito tempo, reflexão, paciência e arte. Tempo, sobretudo... nossa matéria.

JMSP: Uma temática muito trabalhada nos últimos anos é, precisamente, a sua especialidade, o período da Independência, que para a América espanhola está, atualmente, comemorando o aniversário. Para o Brasil, temos de esperar um pouco, mas já estamos perto de 2017, ano do segundo centenário da Revolução de Pernambuco sobre a qual você escreveu livros extraordinários. Como vê hoje os estudos sobre esse período no Brasil?

Carlos Guilherme Mota: Meus estudos sobre a grande insurreição nordestina de 1817, a maior das que antecederam à Independência de 1822, datam de 1970 e 1972, quando publiquei *Nordeste 1817*, obra marcada pela convivência com Jacques Godechot, Albert Soboul e Vitorino Magalhães Godinho, meus mestres. Desde então, surgiram estudos que ampliaram o conhecimento sobre a descolonização portuguesa, processo que abrange desde a Inconfidência Mineira (1789) até a expulsão de Pedro I (1831). Aliás, penso que a verdadeira

data da Independência a ser celebrada deveria ser o 7 de abril de 1831... Evaristo da Veiga foi um dos principais articuladores. Veja: novas teses e livros vêm sendo publicados sobre esse momento dos fundadores independentistas, dentre os quais se destacam obras sobre o notável cientista e político José Bonifácio de Andrada e Silva, o maior estadista transcontinental que lutou pela abolição da escravatura e emancipação dos indígenas no Brasil. Era mais avançado em ideias que Thomas Jefferson, por exemplo. Obras que hoje revelam ter havido contato intenso dos revolucionários brasileiros com o resto da América Latina, com os Estados Unidos e Europa. O grande revolucionário pernambucano Frei Caneca escrevia cartas a partir de Lima, outros relacionavam-se com Bolívar, outros ainda com os revolucionários dos Estados Unidos e Inglaterra. Surgiram também estudos sobre as contrarrevoluções “preventivas” no Brasil, por vezes disfarçadas de “revoluções”, que se tornariam um mecanismo recorrente em nossa história, até os dias atuais. Assistimos desde então, sempre, à vitória da contrarrevolução preventiva permanente, como ensinava José Honório Rodrigues em seu livro *Conciliação e Reforma*, publicado nos anos 60. De Pedro I a Lula, até hoje...

TRAJETÓRIA COMO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

JMSP: Nos últimos dez anos, o Brasil viveu um importante crescimento da universidade pública. Cresceu o número de universidades, fundamentalmente federais, e a quantidade de estudantes. Acha que esse processo é imparável e definitivo, ou depende do partido que esteja no poder?

Carlos Guilherme Mota: Houve de fato uma demanda maior por universidades, num conhecido processo de aspiração de ascensão social por parte de setores menos favorecidos da sociedade. O aumento de universidades verificado, inclusive federais e públicas, nem sempre preserva o alto padrão que delas se espera e que o país necessita para se modernizar efetivamente. “O Brasil é um país atrasado... muito atrasado”, como observou Caio Prado Júnior em 1979. De modo geral, o padrão vem caindo, com universidades, sobretudo particulares, que na verdade são balcões de negócios do ensino massificado. Há centros de excelência e mesmo algumas universidades particulares, como é o caso da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que preservam valores fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão. A Universidade de São Paulo [USP] permanece como a melhor do país, enquanto outras fazem *lobbies* abertos para políticos, como se viu com o reitor da Universidade Federal Fluminense reunindo reitores das federais para apoiar a reeleição da presidente Dilma Rousseff... Enfim, elas não poderiam ser confundidas com “currais” eletrônicos...

JMSP: O crescimento vem acompanhado de qualidade?

Carlos Guilherme Mota: A resposta é não. A questão da formação intelectual, científica e tecnológica deveria passar por uma sólida base que teria origem nos cursos de educação elementar e colegial, como já houve há 50 anos. Decaiu muito o ensino da Matemática, da Física, da História e até do Português. Os clássicos, de Euclides da Cunha a Celso Furtado e Florestan Fernandes, são solenemente desconhecidos. Fala-se em globalização, pós-modernidade, desenvolvimento autossustentado, mas ninguém sabe bem do que se trata. Ora, desde a ditadura entre 1964 e 1985, o vertiginoso aumento da população não foi acompanhado por um cuidado efetivo com a Educação, e isso se prolongou nos governos pós-ditatoriais. Esperava-se mais dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, e o atual, de Dilma, não foi melhor. O atraso se verifica também nas esferas do saneamento básico ou da

cultura. Metade da população brasileira não tem acesso a saneamento básico e apenas 25% das cidades do Brasil têm um ponto de venda de livros, aí incluídas modestas bancas de jornal. Houve até um presidente, Lula, que disse não gostar de ler, diferentemente de Mandela, que recomendava sempre, ao longo de 27 anos, que seus companheiros de prisão lessem muito para estarem preparados para administrar a África do Sul quando fossem libertados.

JMSP: No Brasil, a maior parte da pesquisa é feita nas universidades públicas, que são gratuitas, mas a maioria dos estudantes está nas universidades particulares, que são pagas. Em alguns estados, como São Paulo, entrar em universidades públicas é bastante complicado, pois implica ter feito antes um bom ensino secundário, quase sempre em escolas particulares e caras. Isso gera um “elitismo” dentro da universidade pública de qualidade, muito estranho para um observador europeu como eu, já que na Europa a universidade pública é majoritária e tem vocação de inclusão. Você trabalhou nos dois “mundos”, na USP, estadual e pública e, nos últimos anos, numa universidade particular, na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Como enfrenta essa questão?

Carlos Guilherme Mota: A maior parte de minha vida esteve ligada ao ensino público. Embora aposentado, ainda atuo no Instituto de Estudos Avançados, que ajudei a criar na USP em 1986, em que publicamos a revista *Estudos Avançados*, já no nº 83. É a melhor do país, dirigida por Alfredo Bosi. Em 2000, fui convidado a orientar teses na Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde leciono História da Cultura para arquitetos e urbanistas, numa escola bastante progressista, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Trata-se de uma faculdade de ponta, em que atuo com total liberdade de pensamento. Diga-se que até os anos 70, a USP e a UPM eram vizinhas e muito afins.

JMSP: Como vê, em geral, a Educação no Brasil? O problema referido na pergunta anterior, não se resolveria com uma reforma do ensino básico e secundário? Não acha que o fato do ensino básico estar sob a responsabilidade de prefeituras, muitas vezes sem recursos, é um dos grandes problemas do país?

Carlos Guilherme Mota: Vejo mal o imenso problema da Educação. Faltam-nos estadistas da Educação, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Darcy Ribeiro. Ainda resta Cristovam Buarque, mas foi demitido do Ministério da Educação por Lula. O fato é que os pedagogos quantofrênicos fazem muitos congressos, viajam muito à custa dos cofres públicos, inventam mil critérios burocratizantes de avaliação, mas falham no essencial, que é saber o quê e como ensinar. Como formar professores. As antigas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que formavam professores, foram aplastadas pela ditadura e não se recuperaram com seus jovens professores “pseudo pós-modernos”, sem visão institucional, sem repertório, desculturalizados. Falta de recursos? Não creio. O dinheiro vai embora pelo ralo, pela corrupção. Há exemplos positivos, como foi o caso da Prefeitura de Jundiaí, em São Paulo, quando o Secretário era o Professor Osvaldo Fernandes. Ele apenas utilizava corretamente a verba designada para o ensino e mobilizava a cidade para a causa educacional. Fez uma revolução! Depois que saiu, tudo voltou a ser como antes.

TRAJETÓRIA COMO ANALISTA POLÍTICO

JMSP: Você tem uma importante trajetória como analista político, desde sua coluna no jornal *O Estado de São Paulo*, conhecido como “Estadão”, e outros meios de comunicação. Como vê a situação política do Brasil, depois da segunda vitória da presidente Dilma Rousseff nas últimas eleições?

Carlos Guilherme Mota: Vejo a crise do regime se aprofundar. Do ponto de vista econômico-financeiro, a conta está chegando para ser paga. Inflação, desemprego que se agrava, a credibilidade governamental em baixa. O Parlamento está minado, com um número considerável de deputados e senadores postos sob suspeita, a tal ponto que a presidente Dilma tem hoje dificuldade enorme para compor seu ministério com trinta e nove ministros; um absurdo, outra herança maldita de Lula. E tem a crise econômica, que abala os alicerces da nação. Faltam-nos estadistas, e a presidente está presa no emaranhado do “Centrão” do enorme PMDB, que é o nosso “marais” (pântano). A sorte é que a oposição ainda está acordando de um longo sono. O caso da brutal corrupção na Petrobrás é apenas a ponta do iceberg. O quadro tem todos os ingredientes para uma explosão, basta citar a questão dos transportes nas grandes cidades, ou a falta de saneamento básico para 50% da população...

JMSP: O sistema político brasileiro deve ser reformado? Em que sentido?

Carlos Guilherme Mota: A crise do sistema é de tal magnitude que apenas uma Assembleia Nacional Constituinte, creio, poderia equacionar e dar um caminho. Note-se que para a convocação da Constituinte anterior, e que foi apenas um Congresso Constituinte, houve uma longa luta levada pelas entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados, o Sindicato dos Jornalistas, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Associação Brasileira de Imprensa, a Comissão de Justiça e Paz e inúmeras outras. Hoje, a mobilização existe, mas está menos institucionalizada, mais dispersa. Todavia, o quadro geral é muito mais grave.

JMSP: Na reedição de sua última obra, junto com Adriana Lopez, *História do Brasil, uma interpretação*, vocês já falam dos protestos de 2013. Uma das reivindicações desses protestos era, precisamente, a reforma política. Como viveu esse movimento e como o interpreta?

Carlos Guilherme Mota: A reforma política é um dos temas que estão na ordem do dia há muito tempo. Lula, ainda no primeiro momento, dizia que “todo mundo fala, mas não faz”. Ele também muito falou, mas não fez e nem parece querer fazer. Os protestos de 2013 mostraram que o país estava em crise, como o regime também. Situação que persiste até agora. Houve um momento que imaginei estarmos às vésperas da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que a presidente Dilma, que viu o próprio Palácio do Planalto ser invadido na parte de fora, chegou a considerar durante 48 horas, mas logo voltou atrás. A rejeição a ela foi altíssima, e as eleições de outubro de 2014 mostram que o Brasil está rachado. A marquetagem pró Dilma funcionou mal. Mas, agora, nota-se que há uma nova sociedade civil que está cansada da corrupção e da falta de transparência nas ações do Governo. As negociatas passaram da escala de milhões para bilhões; e as denúncias de magistrados, como o Juiz Moro, ganham força. Além do mais, há uma espécie de guerra civil nas cidades, com banditismo crescente, matança de indígenas, queimas de ônibus, desflorestamento crescente e assim por diante.

JMSP: O livro *Historia do Brasil, uma interpretação* foi muito elogiado pelos historiadores, mas do ponto de vista político, o livro gerou alguma polêmica porque vocês foram críticos com os governos Lula-Rousseff. Num país que chegou quase a considerar Lula como um redentor, como você viu essas reações?

Carlos Guilherme Mota: De fato, fomos críticos a todos os governos naquilo que tinham de criticáveis. Fomos críticos com Sarney, com Collor, com Fernando Henrique Cardoso também. Ocorre que toda reação a um livro de História é bem-vinda, pois ninguém é dono da verdade. Sobretudo quando se escreve um livro que abrange cinco séculos e alcança os turbulentos dias atuais. Tivemos também que dar conta de uma extensa produção historiográfica, muito aumentada nos últimos tempos. Nosso livro não valoriza nenhum redentor, Lula inclusive, pois consideramos o neopopulismo uma praga política e cultural na América Latina. Esse “neomessianismo” no Brasil é um sinal de enorme atraso. Preferimos as teorias do Professor Florestan Fernandes, que detectou o modelo autocrático-burguês que define e amarra o Brasil contemporâneo. Ele morreu em 1995, não sei se ele estaria hoje no Partido dos Trabalhadores (...)

JMSP: Uma das afirmações mais impactantes do livro é que no Brasil a “conciliação” do século XIX, marcado pelo entendimento entre liberais e conservadores e esse modelo “autocrático-burguês” mencionado anteriormente, que foi definido durante a Primeira República, ainda estão vigentes no país. Gostaria de uma reflexão sobre essa questão.

Carlos Guilherme Mota: A Conciliação é a arte finória das elites políticas para organizar os interesses regionais num bloco nacional hegemônico. Elas são hábeis na “costura pelo alto”, no acerto de interesses entre os chefes do mandonismo regionais e locais, com total apoio das forças da ordem. Tal metodologia de dominação data de meados do século XIX, com o Marquês de Paraná, e vem até Lula, que aderiu ao modelo. Mobiliza com vigor, desmobiliza com arte, mas compõe sempre com os grupos sociais envolvidos nos confrontos. Esvazia-os com habilidade, utilizando-se dos mecanismos da carapaça administrativa, descritos pelo jurista-historiador Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder*. Evitam-se movimentos contestatórios da ordem, sonegam-se as possibilidades de solução para os problemas cruciais, roubam-se os cofres públicos disciplinadamente.

JMSP: A Comissão da Verdade, que pesquisou os crimes ocorridos durante a ditadura, apresentou o relatório final recentemente. São três volumes e muitas informações, mas as vítimas, segundo a pesquisa, foram 434. Como historiador, e como protagonista do período, como considera esse relatório, e o tema da “memória histórica”?

Carlos Guilherme Mota: No Brasil, havia a tendência hipócrita em se dizer que “não houve tantas vítimas como no Chile ou na Argentina”, de certo modo amenizando o quadro da violência. Ora, a História do Brasil é marcada, toda ela, por violências coletivas inomináveis, uma das quais foi descrita por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, livro não recomendado para temperamentos delicados. Descrevemos algumas em nosso livro, inclusive algumas praticadas sob o governo de Vargas durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945. Sem esquecermos as violências contra os escravos e índios ao longo de quatro séculos, ou mais. Claro que as verdades que compõem a memória histórica devem ser procuradas com rigor, e também tornadas públicas. A Comissão da Verdade vem fazendo muito, mas há pessoas cujos restos mortais ainda não apareceram. E há casos mais recentes, não esclarecidos como o do assassinato do prefeito de São Bernardo do Campo, Celso Daniel, e do desaparecimento do prefeito de Campinas, Toninho, do PT. São cidades grandes! Ou do ex-deputado Rubens Paiva e da diretora de teatro Heleny Guariba... Há episódios de barbárie praticados pelos torturadores que ainda não vieram a público, dada a crueldade e a boçalidade deles. Há uma “delicadeza” nessa manutenção de uma certa discrição que o regime militar não teve, que não entendo! Talvez não se queira borrar a imagem do “homem cordial brasileiro”, que em realidade é muito violento.

JMSP: O Brasil teve um crescimento econômico muito importante nos últimos anos. Segundo estatísticas, 20 milhões de pessoas saíram da pobreza. O Brasil está já como 6ª potência em

termos de PIB. Isso foi a base para as sucessivas reeleições dos presidentes petistas, Lula e Dilma, mas muitos são críticos, inclusive você, que chegou a definir o período de governo do Partido dos Trabalhadores como de “assistencialismo deprimente”. O período do PT no poder mudou de forma definitiva o Brasil, ou o crescimento foi uma questão relacionada com a situação internacional, com o movimento do capital, e tem caráter conjuntural e reversível?

Carlos Guilherme Mota: Por certo a inclusão social melhorou, mas o governo cuidou mais da porta de entrada com o Bolsa Família e outras do que com a porta de saída dos benefícios. Para melhorar o quadro social geral e qualificar melhor a mão de obra, é assim que os tecnocratas vêm as pessoas, os pré-cidadãos, haveria necessidade de melhores escolas e hospitais. Ora, a porta de saída seria, como disse Frei Betto, uma bela reforma agrária para começar uma mudança em profundidade. E há a problemática urbana, com o inchaço das cidades e a pauperização: o Ministério das Cidades foi sempre dado a membros do Partido Popular, o PP do Paulo Maluf, de direita, sem maiores preocupações sociais. Mais uma aliança espúria do PT. Quanto à situação internacional, por certo ela provoca variações em todas as esferas do país: o ano de 2015 trará respostas a essa questão, creio que muito duras, penosas. O Brasil pode viver o naufrágio da ideia mesma de nação numa precária sociedade do espetáculo, manipulada pela cultura do marketing. O Brasil ainda é um país marcado pela precariedade, pelo atraso.

JMSP: No recente livro de Acemoglu e Robinson, *Why nations fail?*, muitos dos países da América Latina, incluído o Brasil, são apresentados como exemplos de nações fracassadas, e simplificando o argumento, porque foram comandadas por “elites extrativas” que não deixaram progredir o sistema institucional para maior abertura e inclusão social. O que você acha?

Carlos Guilherme Mota: Concordo, pois as formas de capitalismo sempre deixaram de lado os problemas sociais e culturais, em sentido amplo, mais agudos. Nunca houve uma revolução burguesa modernizadora para valer, nem muito menos proletária ou camponesa, como no México. O capitalismo no Brasil é senzaleiro, selvagem. Quanto à questão cultural, é claro que aqui e ali houve manifestações pontuais. Chegou-se mesmo a existir uma rede de escolas públicas de bom nível, apenas dos anos 30 aos anos 60 do século passado. As poucas universidades públicas sérias, como a USP, foram fundadas nos anos 30 do século XX, muito tarde.

JMSP: Em sua opinião, o que deve ser feito ainda no Brasil para superar os problemas estruturais e seculares?

Carlos Guilherme Mota: Damos um peso total à Educação com vistas à formação de uma nova cidadania democrática. Despertarmos os segmentos esclarecidos das elites como das lideranças populares, em que se incluem os professores de todos os graus, para um novo projeto político-cultural de nação. Pois sem quadros educacionais de referência vale qualquer coisa, os jovens ficam à mercê da cultura de massa, agora turbinada pela digitalização e pela internet. A massificação também vem agora pelas igrejas messiânicas, com suas redes de televisão e rádio dominando a maior parte dos horários dos meios de comunicação. Nessa perspectiva, devemos valorizar nossos deputados e senadores mais críticos, que talvez venham a ser estadistas com E maiúsculo.

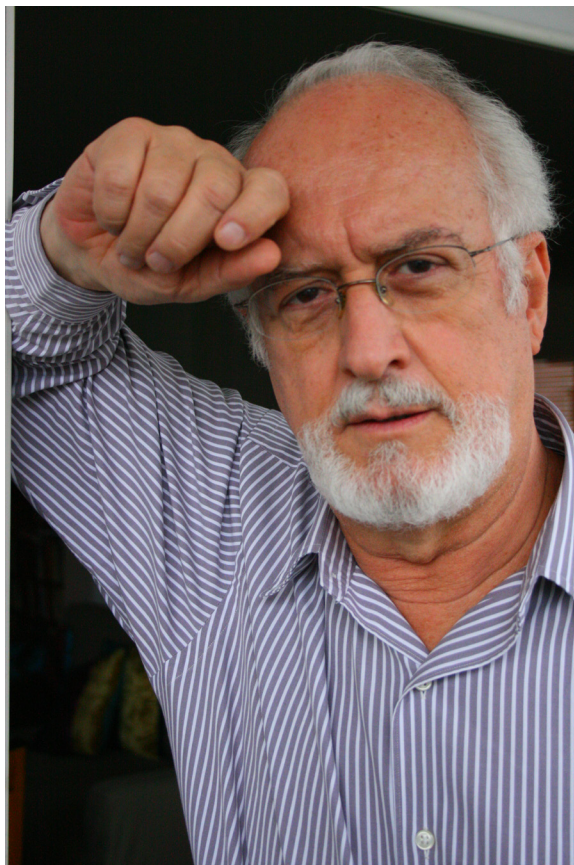
JMSP: Na grande questão da “identidade”, a sociedade brasileira, para um observador externo como eu, parece alternar-se entre uma autocrítica excessiva, quase um complexo de inferioridade, e um ufanismo extremo, um “lusotropicalismo” folclórico. Isso ficou muito claro na última Copa do Mundo de futebol. Por que acha que isso é assim?

Carlos Guilherme Mota: O que há é uma falta de identidade, de fato. Uma superficialidade, uma falta de densidade educacional, política e cultural que explica a variação dessas autoavaliações simplistas. Aliás, todos os nossos grandes explicadores ou intérpretes da chamada “Cultura Brasileira” sempre foram céticos ou restritivos na percepção “do que somos”.

Machado de Assis, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Mário de Andrade, o próprio Carlos Drummond, Monteiro Lobato, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, Florestan e muitos outros. Recordo que escrevi um livro nesse sentido, *Ideologia da Cultura Brasileira*, em que valorizo a tese de Faoro, de 1956: “dada persistência ao longo de seis séculos do mesmo estamento burocrático, jamais emergiu a genuína cultura brasileira (...)”.

JMSP: Compartilho com você uma preocupação e um interesse intelectual pelo Brasil, como país e como sociedade. Para mim, um dos grandes problemas do país é que a escravidão foi abolida muito tarde, em termos históricos, quase poderíamos dizer “ontem”. Isso explica uma parte importante dos problemas da sociedade brasileira, inclusive o racismo latente. Como vê esse problema no país que se apresenta como “paraíso das raças” ou como praticante da “democracia racial”? E, relacionado com esta questão, o que opina sobre o sistema de “cotas” implementado pelos governos de Lula para maior inclusão das “minorias” raciais?

Carlos Guilherme Mota: A abolição tardia explica bastante do que denominei de capitalismo senzaleiro. Não tem nada aqui de “paraíso das raças”. O geógrafo negro Milton Santos dizia que não há nem sociedade civil no Brasil. “Nunca existiu”. Reclamava porque, sendo bem aprumado e elegante, as pessoas se dirigiam a ele em inglês ou francês. Isso em São Paulo cosmopolita. E o historiador negro Joel Rufino dos Santos reclama com razão que sempre é chamado a debater a questão racial, nunca sobre temas de História Contemporânea Geral, sua especialidade. E surge a pergunta: quantos historiadores ou generais e almirantes das Forças Armadas negros você conhece? E médicos ginecologistas? Sobre as cotas, eu era contra; agora sou a favor, pois notei que este país é muito duro de mudar. Um país racista, profundamente.



TRAJETÓRIA COMO PROMOTOR DAS RELAÇÕES ACADÊMICAS ENTRE O BRASIL E A ESPANHA

JMSP: Faz treze anos que você veio a Salamanca para impulsar a criação do Centro de Estudos Brasileiros, o CEB. A instituição está consolidada e é uma das mais importantes promotoras de estudos e pesquisas sobre o Brasil na Espanha. Gostaria de pedir sua opinião sobre o CEB.

Carlos Guilherme Mota: O CEB de Salamanca tornou-se um dos núcleos mais importantes e estáveis, o que é importante, de estudos brasileiros fora do Brasil. Promove programas, cursos e produz teses de alto valor, reunindo intelectuais e pesquisadores de várias partes do mundo, sobretudo da Europa e da América Latina. Trata-se de um centro que soube cultivar relações com outros centros e intelectuais de diferentes quadrantes. Desde sua criação, tornou-se um importante elo da Espanha com o Brasil, tendo sua imagem consolidada e apreciada nas principais instituições voltadas aos estudos das relações entre os dois países, tanto no Sudeste e no Norte, como no Nordeste e no Sul. Destaco o trabalho de sua equipe, tendo à frente no começo a seu operoso e respeitado Diretor, o historiador José Manuel Santos Perez, autor de obra consolidada, que articulou com sabedoria uma rede de comunicações que serve não apenas ao CEB como aos seus interlocutores nos diferentes países e regiões. Sinto muito orgulho em ter participado de sua criação na gestão do Reitor Ignacio Berdugo Gomez de la Torre, atual diretor do centro, desde os primórdios, e sinto hoje a Universidade de Salamanca como parte de minha vida intelectual e pessoal.

JMSP: As relações acadêmicas entre universidades espanholas e brasileiras também tiveram um importante crescimento. Como vê hoje essa relação?

Carlos Guilherme Mota: A relação Brasil-Espanha saiu do campo da retórica e do plano meramente bibliográfico rarefeito ou tecnológico. Hoje constato que as relações entre nossos centros acadêmicos, financeiros e tecnológicos estão mais fortes do que mantivemos com Portugal ou Itália. E compete com a França, com os Estados Unidos e com a Inglaterra. Nossas afinidades são cada vez mais evidentes. A atual crise mundial, que nos atinge dos dois lados do Atlântico, vai nos aproximar, e muito. Vale dizer; devemos nos preparar e investir mais em nossas relações como imaginávamos e fizemos há quinze anos. Nossa simpatia recíproca é nosso melhor capital.

JMSP: E as relações entre a Espanha e o Brasil? Mudaram? A Espanha é vista de forma diferente no Brasil, e vice-versa?

Carlos Guilherme Mota: A crise europeia, que atinge a Espanha, não macula sua forte imagem cultural e tecnológica, sua imagem científica. Temos muito que aprender com a Espanha. Por exemplo, o Brasil se ressentido com a falta de engenheiros e arquitetos, de médicos, de professores de línguas e de História bem formados. Na verdade, precisamos aprimorar nossos acordos no plano educacional, científico, universitário e assim por diante. Por que o Brasil foi buscar médicos em Cuba? Tudo bem, mas há médicos mais bem formados na Espanha, inclusive médicos especializados em pesquisas biológicas e em fármacos. Quanto ao vice-versa, tenho vagas ideias que prefiro guardar para mim e para meus amigos próximos (risos...). Você é que deve ter uma opinião melhor.

JMSP: Para finalizar, que período ou momento da História do Brasil contemporâneo gostaria de destacar, para melhor explicar o Brasil de hoje?

Carlos Guilherme Mota: O período do Juscelino Kubitscheck, de 1955 a 1960, quando o Brasil viveu uma mobilização de norte a sul para sair do subdesenvolvimento, e criou um clima para a discussão em profundidade da reforma agrária, da reforma educacional, da defesa da escola pública e laica, das reformas bancária, universitária e militar, da política externa independente e outras. Eram muito vivos, mobilizadores e agudos os debates sobre um projeto nacional, em que se envolveram Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, e cientistas de todas as áreas, além de políticos de alto nível, como San Tiago Dantas. Foi a época de um Brasil que buscava sua modernidade em todas as frentes, tanto nos costumes e no comportamento, como na Arquitetura, na Literatura, com Guimarães Rosa e outros, e na Música, com Antônio Carlos Jobim e dezenas de outros. Saudades daquele Brasil generoso e mais estudioso...

JMSP: Caro Professor Mota, a *Revista de Estudios Brasileños*, o CEB, com seu Diretor, Ignacio Berdugo Gómez de la Torre e eu agradecemos profundamente sua disponibilidade e colaboração de anos nessa aventura da construção das relações acadêmicas entre o Brasil e a Espanha.

Carlos Guilherme Mota: Sou eu que agradeço a oportunidade de reavivar minhas relações com o CEB e com a cultura salmantina.

NOTAS

¹ *Nordeste 1817: estrutura e argumentos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982; *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. *Pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Editora 34, 2008; *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000; *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora SENAC, 2014 [edição em espanhol: *Historia de Brasil: una interpretación*. Tradução, revisão e notas de José Manuel Santos Pérez. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2009].

² ACEMOGLOU, Daron; ROBINSON, James A., *Why nations fail. The origins of power, prosperity and poverty*. Nova York: Crown Publishers, 2012.